

**RELIGIÕES AFRODESCENDENTES E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA  
IGUALDADE RACIAL: A CONSTANTE LUTA CONTRA O RACISMO  
RELIGIOSO**

Caio Isidoro da Silva

Mestrando do programa de pós-graduação em História da Unesp/Assis

Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq

Email: caio\_is77@hotmail.com

**Resumo:** As políticas públicas atualmente ganharam visibilidade dentro da sociedade e no âmbito acadêmico-científico. Pesquisas relacionadas ao tema vêm crescendo nos últimos anos, sobretudo ligadas à questão étnico-racial, são as chamadas políticas de promoção da igualdade racial. Essas ações têm como objetivo buscar solucionar as desigualdades sociais e raciais existentes em nossa sociedade. As especificidades voltadas para a população negra no Brasil passaram a ser discutidas não só nos espaços de militância, mas, também na agenda política brasileira. Diante desse cenário as religiões afrodescendentes passaram a obter espaços de discussões e direitos, após uma história de perseguição. Portanto, o presente trabalho tem o objetivo de explicitar a análise que está sendo realizada para a elaboração de uma dissertação de mestrado, analisando as seguintes fontes: o relatório de gestão da SEPIIR 2003-2006 (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) órgão responsável pela formulação, promoção e avaliação das ações afirmativas voltadas para a população negra em âmbito federal e o Relatório final da I CONAPIR (Congresso Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), evento realizado em 2005 contendo proposições a serem implementadas no que diz respeito às políticas de promoção da igualdade racial. De forma mais específica, buscaremos observar e analisar como essas religiões se tornaram temas de discussão na agenda política brasileira, inseridas no bojo das políticas de promoção da igualdade racial e sobre quais questões têm se desdobrado os debates acerca das religiões afrodescendentes. Desse modo, a proposta é explicitar os discursos sobre essas religiões na agenda política brasileira nos anos 2003-2006, indicando a constância da luta contra o racismo religioso.

**Palavras-chave:** Religiões afrodescendentes; Políticas de promoção da igualdade racial, Agenda política brasileira; Racismo religioso.

### **Introdução**

As religiões afrodescendentes têm sido ao longo da história do Brasil perseguidas e discriminadas, assim como, cenário de lutas e resistências da população negra na defesa da continuidade de suas heranças culturais. Na segunda metade do século XX, a partir da década de 1970, o Movimento Negro<sup>1</sup> contemporâneo passou a organizar-se,

---

<sup>1</sup> No presente trabalho opto por usar o termo Movimento Negro ao invés de movimentos negros. Porém, conforme reflexão estabelecida por Lélia González (1982, p. 19), militante negra do final do século XX afirma que o Movimento Negro não é um bloco monolítico, porém, acaba-se por falar de movimentos negros no Movimento Negro. Amílcar Pereira (2010, p. 165) afirma que a difusão da noção de Movimento Negro serviu de designação genérica para diversas outras entidades.

principalmente diante de um contexto de abertura política após anos de duras repressões do regime militar autoritário vigente no Brasil entre 1964-1985, porém, a partir de 1978 inicia-se um lento processo de reabertura política.

Sob influência de discussões voltadas para a valorização da negritude, das lutas pelos direitos civis dos negros estadunidenses e das lutas de libertação do continente africano do regime neocolonial, os elementos associados às culturas afro-brasileiras, inclusive as manifestações religiosas passaram a ser valorizadas em determinados espaços de organizações militantes negras enquanto importantes formadoras de identidades do povo negro no Brasil, em especial o candomblé (DOMINGUES, 2007, p. 116). De acordo com Munanga (1988, p. 06) a negritude é uma resposta racial negra a uma agressão racial branca, além do mais, acrescenta que a retomada da negritude existiu em todos os lugares, mas sem um nome.

Dessa forma, a busca pela negritude fez com que as religiões afrodescendentes e suas especificidades, tal como a luta contra a intolerância, fossem incorporadas, mesmo que de maneira gradual, nos discursos da luta antirracista e considerando-as importantes aliadas nesse decurso. Posteriormente, no bojo das políticas de promoção da igualdade racial que passaram a se institucionalizar na década de 1990 e início do anos 2000, as religiões afrodescendentes começam a ser debatidas na agenda política brasileira, do mesmo modo que obtiveram ações afirmativas específicas, especialmente voltadas para o combate à intolerância religiosa<sup>2</sup>, no qual, iremos abordar na qualidade de racismo religioso.

A exigência por um Estado comprometido com a diminuição das desigualdades econômico-sociais vem se tornando cada vez mais constante, tanto pela sociedade civil, como por organizações não governamentais e movimentos sociais. É nesse cenário no qual a demanda por políticas públicas obteve sua crescente valorização, pois como aponta Heidemann (2010, p. 25):

“No século XX quando o mercado como força quase exclusiva de condução da economia entrou em crise, no período entre duas guerras mundiais, os Estados e os mercados passaram a promover em conjunto

---

<sup>2</sup> O termo intolerância religiosa é utilizado para se referir às discriminações oriundas em razão do credo religioso de um indivíduo, grupo e/ou sociedade, porém, para referir-se às intolerâncias voltadas para as religiões afrodescendentes utilizo o termo racismo religioso, visto que, na maioria das vezes o racismo é um pano de fundo para as atitudes discriminatórias. Em alguns momentos do presente trabalho uso o termo intolerância religiosa por ser a denominação utilizada pelas instituições que promoveram as fontes analisadas.

o desenvolvimento das sociedades, é então que aparecem as assim chamadas políticas governamentais, mais tarde melhor entendidas como políticas públicas”.

Políticas públicas de caráter específico, nesse caso, as políticas de promoção da igualdade racial, percorrem um longo caminho iniciado há décadas de lutas e reivindicações, sobretudo pela grande atuação dos movimentos negros e de organizações de mulheres negras como nos aponta Matilde Ribeiro (2013, p. 134), pesquisadora e ex-ministra da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) da Presidência da República.

No âmbito internacional, a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Intolerâncias Correlatas (Conferência de Durban), realizada em 2001, na África do Sul, deu um grande impulso para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial. A Declaração de Ação de Durban e o temário da conferência retrataram ampla agenda política de combate à discriminação e as intolerâncias correlatas, dentre elas a intolerância religiosa. O ponto de partida foi o reconhecimento de quem são as vítimas de racismo, da discriminação racial, da xenofobia e outras formas de intolerância. Essas declarações estimularam os estados signatários a se movimentarem para a implementação de políticas de igualdade racial, dentre eles o Brasil (RIBEIRO, 2013, p. 149).

Diante disto, o objetivo do presente trabalho é explicitar o que foi realizado até o momento para a elaboração da escrita de uma dissertação de mestrado, buscando compreender como a luta antirracista, ou seja, a ação principalmente do Movimento Negro e de organizações afro-religiosas, sobretudo a partir da década de 1970 levaram essas religiões a conquistarem políticas públicas específicas nos anos 2000.

Posto esta questão, a ideia é examinar as fontes eleitas para análise. A primeira é o relatório de gestão da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), correspondente às políticas de promoção da igualdade racial implementadas e avaliadas entre os anos de 2003-2006. Ademais, esse relatório também indica a inserção das abordagens sobre as religiões afrodescendentes na agenda política brasileira. Essa secretaria, a SEPPIR, possuía o status de ministério e após a sua criação no ano de 2003 era o principal órgão federal responsável pela formulação, implementação e avaliação de políticas de promoção da igualdade racial a nível nacional.

A outra fonte selecionada é o relatório final da I CONAPIR (Congresso Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), evento realizado em 2005, no qual, o referido documento consta as propostas a serem implementadas no que diz respeito às ações afirmativas voltadas para a população negra e por conseguinte para as religiões afrodescendentes. Ambas as fontes permitem verificar sobre o que estava sendo implementado, debatido e discutido, dentro do recorte temporal selecionado (2003-2006), além do que deveria estar sendo realizado no tocante às políticas de promoção da igualdade racial, inclusive no campo religioso.

Essas ações afirmativas ajudam a compreender o processo de valorização das religiões afrodescendentes não só nas discussões do Movimento Negro, mas, também na agenda política brasileira, visto que, propostas voltadas para suas especificidades foram discutidas durante a primeira gestão do ex-presidente Lula (2003-2006).

Diante do que foi realizado, procurou-se historicizar o objeto de estudo em questão, as religiões afrodescendentes, especialmente no decorrer do século XX, indicando-as na qualidade de possíveis centros de resistência cultural dos negros no Brasil, possíveis pois não necessariamente todo espaço afro-religioso no Brasil pode ser visto enquanto um local de resistência negra, porém. Ademais, realiza-se um breve levantamento bibliográfico do assunto, indicando alguns autores, assim como, os principais temas e inovações de seus trabalhos.

Por meio de reflexões estabelecidas mediante a perspectiva afrocêntrica, na qual, possibilita a agência dos afrodescendentes, enquanto sujeitos de suas próprias histórias, indica-se que as transformações sofridas pelas religiões afrodescendentes correspondem a um processo de resistência cultural, inclusive nos dias atuais. No desdobramento da história do Brasil, a população negra reagiu de diferentes maneiras para manter suas tradições culturais vivas na memória de seus descendentes, portanto, a atribuição ao papel desenvolvido por esses indivíduos, tal como, as organizações militantes antirracistas não é por acaso, mas sim, estabelecer o papel ativo que o povo negro mantêm e mantiveram em suas histórias.

### **As religiões afrodescendentes e as políticas de promoção da igualdade racial**

As políticas de promoção da igualdade racial começaram a se institucionalizar no Brasil com maior regularidade no início do século XXI. A criação do programa Brasil

sem Racismo no ano de 2002 durante a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula foi um grande marco e influenciou na elaboração de outras medidas governamentais como a Lei 10.639/03<sup>3</sup>, a criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) em março de 2003<sup>4</sup>, o programa Brasil Quilombola<sup>5</sup> e a realização de um dos maiores eventos sobre igualdade racial a I CONAPIR (Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial) em 2005<sup>6</sup>. Diante desse contexto, observa-se uma constância em relação a implementação de ações afirmativas na esfera política brasileira.

Conforme apontado por Silva (2010, p. 19) “Essas medidas administrativas palpáveis, embora desprovidas de uma política e de orientação governamental começaram a proliferar, fortalecendo a reivindicação por medidas positivas voltadas para a promoção da igualdade, há décadas pleiteadas pelo Movimento Negro”. As religiões afrodescendentes diante desse contexto, galgaram a adquirir espaços nas discussões por ações relacionadas à luta contra o preconceito racial e da intolerância conforme pode ser observado nos debates realizados em órgãos governamentais como aponta o relatório de gestão da SEPPIR 2003-2006 e o relatório final da I CONAPIR, dado que ambos os relatórios evidenciam tal tendência.

Portanto, a proposta de pesquisa que se encontra em andamento é analisar o relatório de gestão da SEPPIR (2003-2006) e identificar as ações afirmativas voltadas

---

<sup>3</sup> **LEI Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm) - acesso em 23 de janeiro de 2019.

<sup>4</sup> Lei nº 10.678/03 23 de maio de 2003. Brasília/DF: Senado Federal, 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm) - acesso em 23 de janeiro de 2019.

<sup>5</sup> O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola> -acesso em 23 de janeiro de 2019.

<sup>6</sup> Organizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial** (Conapir), realizada em Brasília, em 30 de junho, 1º e 2 de julho de 2005, constituiu um marco das relações étnico-raciais para a nação brasileira. Sediada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a I Conapir reuniu cidadãos(aos) pertencentes a diversos grupos étnico-raciais de todo o território nacional – o Brasil de todas as raças e cores – para participar, discutir e deliberar sobre os rumos das políticas públicas de promoção da igualdade racial.

para as religiões afrodescendentes, além disso, esse documento revela a importância atribuída às mesmas no início do século XXI, evidenciando o que pretendo propor, a inserção dessas religiões na agenda política do Brasil durante o período referido, ademais, procura-se estabelecer um paralelo com o relatório final da I CONAPIR, evento realizado no ano de 2005, visto que, tal relatório indica as proposições que foram discutidas acerca das políticas de promoção da igualdade racial, inclusive no tocante às religiões afrodescendentes, isto é, sobre o que deveria ser realizado, buscando apontar sobre quais temas têm se voltado essas discussões.

As práticas religiosas de acordo com Burke (2008, p. 79), “há muito vem sendo uma preocupação dos historiadores da religião”, portanto, para buscar compreender esse processo que chamo de possíveis centros de resistência cultural das religiões afrodescendentes na história do Brasil contemporâneo é interessante compreendê-las também enquanto objeto de estudo utilizado por pesquisadores, principalmente no decorrer do século XX. É óbvio que realizar uma busca minuciosa em todos os que já se debruçaram academicamente sobre as religiões afrodescendentes seria um trabalho muito extenso, por isso, selecionei apenas algumas dessas obras, seja por possuírem um grande alcance acadêmico e social, ou mesmo por questão de escolha buscando uma perspectiva similar à pesquisa realizada, isto é, considerar as religiões afrodescendentes enquanto possíveis centros de resistência cultural do negro no Brasil.

A tentativa foi estabelecer um percurso de Nina Rodrigues e Manuel Querino aos antropólogos da década de 1930, Arthur Ramos e Édison Carneiro, passando por algumas produções no período de 1950 como Pierre Verger e Roger Bastide às contribuições de Vivaldo da Costa Lima já no decênio de 1970, atingindo por fim, o final do século XX, no qual, são destacados os trabalhos de Júlio Braga, Vagner Gonçalves Silva e Reginaldo Prandi.

Entretanto, não são todos esses pesquisadores que adotam a perspectiva de considerar as religiões afrodescendentes enquanto possíveis centros de resistência do negro na história do Brasil. Por mais que seus trabalhos tiveram e ainda tem grande alcance acadêmico e social, grande parte, salvo raras exceções, reproduzem uma perspectiva ocidental de menor valia, isto é, as enxergam como objetos de estudo a serem estudadas e exploradas, utilizando métodos comparativos de culturas não equivalentes, por exemplo, estabelecer um paralelo entre as religiões afrodescendentes e o catolicismo

de maneira que as primeiras aparecem sempre de maneira hierarquizadas em relação a segunda (XAVIER: 2004, p. 10), além de não atribuir aos afrodescendentes a agência de transformação que essas religiões sofreram ao longo da história do Brasil.

Procurou-se historicizar o objeto de estudo em questão, as religiões afrodescendentes. Essas religiões sofreram mudanças de paradigmas em alguns setores sociais, dentre eles, no Movimento Negro e algumas instituições oficiais, conforme citadas anteriormente. Ileana Limonta (2009), analisa os perfis identitários de duas religiões de origem africana (o candomblé brasileiro e *santeria* cubana), como culturas de resistência ante a uma cultura imposta durante séculos de colonialismo pelas elites do poder, no período histórico que vai de 1950 a 2000. A pesquisa de Limonta indica que essas expressões religiosas sofreram, ao longo da história, todo o tipo de desvalorização, contudo no fim do século XX, algumas transformações começam a se apresentar para essas religiões.

### **As religiões afrodescendentes e a negritude: a busca por uma identidade afro-brasileira**

Para entender o processo de mudança no qual as religiões afrodescendentes sofreram, de estigmatizadas na sociedade a possuírem ações afirmativas específicas, é fundamental desdobrar-se em estudos sobre a negritude, pois, auxiliam na compreensão da emergente valorização de elementos associados às culturas afro-brasileiras, nesse caso, as manifestações religiosas em especial o Candomblé. De acordo com Munanga (1988), no Brasil, o retorno à negritude tem como objetivo buscar a identidade afro-brasileira e africana, além de protestar contra a ordem colonial; lutar pela emancipação de seus povos oprimidos e lançar o apelo a uma revisão das relações entre os povos (MUNANGA, 1988, p. 43).

A busca da identidade adquiriu grande importância, pois congregou os elementos de um povo, nesse caso os afrodescendentes, por meio de elementos em comuns vivenciados por essa coletividade. Desse modo, as religiões afrodescendentes passaram a serem vistas por diferentes entidades relacionadas à militância negra como importantes centros de resistência negra e aglutinadoras de uma identidade afro-brasileira (SANTOS, 2011).

Na sociedade brasileira, a busca pela negritude irá repercutir fortemente no Movimento Negro contemporâneo. Para essa instituição, o processo de superação do racismo passa, indubitavelmente, pela etapa de (re)encontro do afro-brasileiro com sua identidade étnica (DOMINGUES, 2007, p. 116). Em consequência disso, alguns militantes começaram a incorporar as religiões afrodescendentes em seus discursos, associando-as como uma importante ferramenta na luta contra o racismo, de acordo com o historiador Petrônio Domingues:

“Até no terreno religioso houve um processo revisionista. Se nas etapas anteriores o movimento negro era notadamente cristão, impôs-se a cobrança moral para que a nova geração de ativistas assumisse as religiões de matriz africana, particularmente o candomblé, tomado como principal guardião da fé ancestral”. (DOMINGUES, 2007, p. 116)

A incorporação da luta contra o racismo religioso no Movimento Negro aos poucos vai adquirindo espaço e ganhando certa visibilidade, contudo, não se deu de maneira imediata, esse debate vai ganhar mais força na década de 1980 e se consolida na década posterior. Porém, o papel que essas instituições tiveram com as religiões afrodescendentes foi crucial, dado que, além de tornarem-nas indispensáveis aliadas na luta antirracista, contribuíram para a emergência sobre suas particularidades, no qual, mais tardiamente algumas dessas especificidades se tornaram parte de políticas de promoção da igualdade racial.

A retomada da negritude pelo Movimento Negro e a construção de novas identidades culturais, as identidades étnicas, são perspectivas que proporcionaram um rompimento com o ideal de homem, cisgênero, heterossexual, branco e europeu como exemplo de progresso e desenvolvimento, manifestando-se grupos e indivíduos que historicamente foram e ainda são discriminados e/ou silenciados e no contexto da sociedade brasileira. Diante disso, a busca pela ancestralidade africana se tornou fundamental para a construção identitária dos afrodescendentes no final do século XX.

As reflexões estabelecidas procuram-se estar baseadas pela perspectiva afrocêntrica, em que, possibilita a agência dos afrodescendentes, isto é, o papel ativo que esses povos mantêm e mantiveram em suas histórias (ASANTE: 2014, p. 93). Sendo assim, a tentativa é estabelecer os afrodescendentes e afro-religiosos enquanto sujeitos de transformação de suas histórias, não necessitando da ordem de outrem, por isso, além de considerar essas religiões enquanto possíveis centros de resistência cultural do povo negro



no Brasil, procura-se verificar as constantes lutas para a garantia de direitos voltados para as religiões afrodescendentes e o papel que esses indivíduos realizaram, especialmente no fim do século XX e início do Século XXI.

### **A constante luta contra o racismo religioso**

As fontes eleitas para análise abordam as políticas de promoção da igualdade racial implementadas entre os anos de 2003 e 2006, conseqüentemente as ações afirmativas voltadas para as religiões afrodescendentes, tal como, discussões e debates sobre proposições que necessitam ser realizadas. Diante disso, a proposta de análise das fontes é identificar, nas questões discutidas sobre as comunidades de terreiro<sup>7</sup> na agenda política brasileira durante a primeira gestão do governo Lula, entre os anos de 2003 e 2006, quais temáticas têm sido abordadas, ou seja, examinar as fontes inseridas em seu contexto sócio histórico, favorável à implementação de ações afirmativas, verificando então quais os discursos reproduzidos em relação às religiões afrodescendentes durante o período proposto.

Pretende-se analisar a Relatório de Gestão da SEPPIR 2003-2006, publicado no ano de 2007 pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. O documento contém avaliações das ações de promoção da igualdade racial correspondentes aos anos de 2003-2006 e pode ser encontrado online no site da SEPPIR<sup>8</sup>. Essas políticas respondem questões históricas da sociedade com o objetivo amplo de institucionalizar formas de superação do racismo, discriminações e intolerâncias correlatas. Portanto, ao iniciar a segunda gestão, é imprescindível efetuar um balanço das experiências de implementação dessas políticas, dado o seu caráter inédito e desbravador<sup>9</sup>. Esse relatório vai apresentar descrição e análise dos processos de construção e os resultados obtidos na promoção das políticas de igualdade racial e também reformular futuras diretrizes.

Os trabalhos desenvolvidos e avaliados são divididos em três partes: Quilombos e outras comunidades tradicionais; políticas de ações afirmativas; e intercâmbios e

---

<sup>7</sup> Comunidades de terreiro é como são chamadas as religiões afrodescendentes nas fontes analisadas.

<sup>8</sup> Relatório de gestão SEPPIR 2003-2006. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR. Brasília/DF, 2007, p.66. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/relatorio-de-gestao-2003-a-2006-seppir/view> - Acesso em: 06 de agosto de 2019.

<sup>9</sup> Relatório de Gestão da SEPPIR (2003-2006). p. 06

relações internacionais, além de conter subdivisões dentro desses segmentos. As religiões afrodescendentes, assim como as ações desenvolvidas a seu respeito, estão na segunda seção da primeira parte, intitulada de “apoio às comunidades de terreiro”.

Conseqüentemente, todas as medidas realizadas são voltadas para a diminuição do preconceito e da discriminação, porém, das dez ações avaliadas<sup>10</sup>, quatro são diretamente direcionadas ao combate ao racismo religioso, porém no referido documento consta como intolerância religiosa. A campanha pela liberdade de crença e contra a intolerância; a cartilha da diversidade religiosa; a realização de um ato público no mês de dezembro de 2006 na “prainha”, em homenagem a Iemanjá, atividade que contou com sacerdotes das religiões afrodescendentes, a ex-ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro e o ex-ministro dos direitos humanos, Paulo de Tarso Vanuchi, com o objetivo de protestar contra a racismo religioso e a depredação de imagens de orixás ocorrida naquele local; e por fim, no mesmo ano é criado o Núcleo de enfrentamento à Discriminação (NED), resultado de uma parceria da SEPPIR com o Ministério Público com o intuito de promover troca de experiências institucionais no campo da promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, da discriminação étnico-racial e da intolerância religiosa.

A outra fonte a ser analisada é o relatório final da I CONAPIR. A realização desse evento envolveu indivíduos oriundos de diferentes instituições; órgãos institucionais, ONGs, militantes negros e dos direitos humanos, pesquisadores e a sociedade civil como um estímulo à implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial deliberada em 2003, também sendo uma ação conseguinte da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata<sup>11</sup>.

As propostas foram divididas de acordo com o eixo temático, nesse caso, doze diferentes seções foram criadas: Trabalho e desenvolvimento econômico da população negra; educação; saúde; diversidade cultural; direitos humanos e segurança pública;

---

<sup>10</sup> Ver todas as ações no relatório de gestão da SEPPIR 2003-2006.

<sup>11</sup> Evento realizado na cidade de Durban na África do Sul, no ano de 2001. Contou com expressiva participação brasileira, no qual discutiram estratégias de combate ao racismo, discriminação, xenofobia e intolerância, além de estimularem os estados signatários a se movimentarem para a implementação de políticas de igualdade racial. Sobre a ressonância da Conferência de Durban na construção de uma agenda local de promoção da igualdade racial ver: RIBEIRO, Matilde. Ressonâncias da Conferência de Durban na construção de agendas globais e locais de promoção da igualdade racial. In: *Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, 2013, pp. 149-159; sobre a conferência de Durban ver: ALVES, J. A. Lindgren. A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 2002, pp. 198-223.

comunidades remanescentes de quilombos; população indígena; juventude negra; mulher negra; religiões de matriz africana; política internacional; fortalecimento das organizações antirracismo. Apesar da existência de uma parte específica voltada para a religiosidade, conforme analisado o relatório, observa-se a inclusão de debates sobre ações afirmativas das comunidades de terreiro em outras seções.

Na seção singular aos povos de terreiro, o eixo 10, é dividido em treze partes: diretrizes gerais; fortalecimento das religiões de matriz africana; políticas públicas; educação; espaço e meio ambiente; controle social; produção de dados e pesquisa; expressão da religiosidade cigana; religiosidade dos povos indígenas; religião muçulmana; campanhas de combate à intolerância religiosa e de divulgação das religiões de matriz africana; reconhecimento dos casamentos nas comunidades de terreiro; conferência nacional de promoção da igualdade racial. Dessas, três são direcionadas a outras expressões religiosas, todavia, a predominância é de operações para o combate ao preconceito sofrido pelas religiões afrodescendentes.

Sessenta e três propostas são elaboradas nesse eixo temático, subtraindo-se cinco, no qual se referem às religiões ciganas, indígenas e muçulmanas, restam cinquenta e oito pontos a respeito de particularidades das religiões afrodescendentes. A garantia de direitos fundamentais como a liberdade de crença, direito à diversidade religiosa, sua valorização e resgate, assim como o combate à discriminação orientam a elaboração do relatório. Dos projetos deliberados, verifica-se um número relevante de abordagens sobre a luta contra o racismo religioso, lembrando que proposições relativas à garantia de direitos também podem ser vistas como aliadas nesse confronto. Portanto, medidas diretas de ação contra a discriminação são identificadas em pelo menos vinte e cinco das cinquenta e oito propostas; sendo que a intolerância religiosa é abarcada em doze proposições, além das outras oito citadas anteriormente. Totalizando são oitenta e sete indicadores sobre as religiões de matrizes africanas debatidas na CONAPIR e vinte delas, ou seja, 23% concernem à luta contra o racismo religioso.

Conforme indicado, nota-se que proporcionalmente a luta contra a intolerância religiosa, termo no qual aborda-se no presente trabalho enquanto racismo religioso é uma frequente demanda das especificidades que atingem as religiões afrodescendentes em comparação com as demais questões que estavam no debate da agenda política brasileira durante o período analisado (2003-2006). Desde a chegada dos primeiros africanos no

Brasil, até os dias atuais a perseguição continua, apenas modificando sua dinâmica no decorrer da história. Sendo assim, diante do contexto analisado percebe-se a necessidade da realização de políticas de combate ao racismo religioso, visto o bojo de discussões acerca dessas religiões.

### **Considerações finais**

O processo de formação e o surgimento das religiões afrodescendentes no país se deu por meio de lutas e resistências do povo negro para manter suas tradições fora do continente africano em meio a uma cultura imposta, a cultura do branco, europeu e colonizador. Desde os calundus no Brasil Colonial até a emergência do candomblé e outras denominações de matrizes africanas pelo Brasil no século XIX e posteriormente o surgimento da umbanda e demais religiões afro-brasileiras, essas diversas organizações religiosas sofreram diferentes tipos de ataques e perseguições na história do país.

A escravidão ocidental e a diáspora forçada dos africanos desestruturaram diversas sociedades, grupos e famílias. Por si só, esse sistema já pode ser considerado suficiente para o desmantelamento e aniquilação dos diferentes povos africanos que foram escravizados, assim como, seus descendentes nascidos fora da África, os afrodescendentes. As feridas ainda não estão cicatrizadas, visto que, é necessário percorrer um longo percurso na luta antirracista não só no Brasil, mas pelo mundo afora. Nesse contexto, as práticas religiosas afrodescendentes que foram transplantadas para fora do continente também padeceram e padecem do mesmo destino cruel à que foram submetidas essas populações.

Entretanto, o povo negro resistiu e ainda resiste, e essa resistência se deu por meio de diversas lutas desses povos<sup>12</sup>. No cenário religioso afrodescendente, as justificativas para as perseguições se fundamentava no catolicismo em conjunto com o sistema escravista, posteriormente, após a criação do Estado Laico em 1891, os argumentos para a repressão eram baseados em ideais eugenistas e influenciadas pelo racismo científico.

---

<sup>12</sup> Não cabe agora listar os inúmeros movimentos de resistência do povo afrodescendente na história do Brasil, pois, foram numerosos. Porém, adota-se a perspectiva que a resistência negra começou desde a chegada dos primeiros africanos em terras brasileiras, passando por todo o período colonial (revoltas nas fazendas e engenhos, surgimento de quilombos, organização de irmandades e confrarias religiosas, dentre outros movimentos), durante o império do Brasil (revolta dos malês, balaiada, conjuração baiana, etc), e não se encerrando no período republicano, uma vez que, até os dias atuais a população negra enfrenta inúmeros empecilhos para a conquista da promoção da igualdade racial.

A repressão passa a vir do próprio Estado, seja pelo aparato policial ou até mesmo pelo aparelho jurídico, no qual, condenavam diversos praticantes dessas religiões alegando charlatanismos e curandeirismos, algo que deveria ser combatido pelo Estado brasileiro. Recentemente as principais ondas de ataques de intolerância religiosa que denominamos de racismo religioso são oriundas principalmente de grupos neopentecostais que fazem o uso de meios midiáticos para propagar a violência e o racismo contra as religiões afrodescendentes.

No início do século XXI, com a institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial, essas religiões passaram a presenciar algumas de suas demandas debatidas na agenda política brasileira e como observado, o direito à diversidade religiosa e a luta contra o racismo religioso, assim como, a reivindicação por medidas de combate à discriminação são predominantes, como aponta o relatório de gestão da SEPIR correspondente aos anos de 2003 a 2006 e o relatório final da I CONAPIR.

Desta maneira, os apontamentos apresentados para a justificativa da pesquisa em andamento indicam que houve uma inserção das discussões sobre as religiões afrodescendentes na agenda política brasileira na primeira gestão do ex-presidente Lula, porém, a constante dessas reivindicações se desdobra para a luta contra o racismo religioso no começo deste novo século, sendo então necessárias providências concretas para a garantia de direitos fundamentais como a liberdade de crença em um Estado que se diz democrático e de direito, nesse caso, a sociedade brasileira.

### **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Elga Lessa de. *A inserção de políticas públicas étnicas para terreiros de candomblé na agenda brasileira: os entrecruzamentos entre o global e o local*. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFBA (Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2011.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do Movimento Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ALVES, J. A. Lindgren. A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 2002, pp. 198-223.

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade: a teoria de mudança social*. Tradução de: Ana Monteiro-Ferreira, Ama Mizami, Ana Luzia. Filadélfia: Afrocentricity International, 2014.

\_\_\_\_\_. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia. Tradução: Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes e Aline Carmo. *Ensaios Filosóficos*, Volume XIV – Dezembro/2016, pp. 09-18.

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpretações e civilizações*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. Editora da Universidade de São Paulo. 1960.

BRAGA, Júlio. *Fuxico de Candomblé*. Feira de Santana: Editora UEFS, 1998.

\_\_\_\_\_. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 10.639/03* 09 de janeiro de 2003. Brasília/DF: Senado Federal, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR. *Lei nº 10.678/03* 23 de maio de 2003. Brasília/DF: Senado Federal, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR. *Programa Brasil Quilombola*. Brasília/DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR. *Relatório de Gestão 2003-2006*. Brasília/DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR. *Relatório final da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CONAPIR*. Brasília/DF, 2005.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1978.

\_\_\_\_\_. *Negros Bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. *Religiões negras: notas de etnografia religiosa*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1936.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 12, 2007 p. 113-136.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

LARKIN, Elisa. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, vol. 4).

LIMA, Vivaldo da Costa. *A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia*. 2ª ed. Salvador: Editora Corrupio, 2008.

LIMONTA, Ileana de las Mercedes Hodge. *Cultura de resistência e resistência de uma identidade cultural: a santería cubana e o candomblé brasileiro (1950-2000)*, Tese (História Social) – UFBA (Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2009.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

PEREIRA, Amílcar Araújo. “O mundo negro” a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - UFF (Universidade Federal Fluminense), Niterói, 2010.

PRANDI, Reginaldo. *Herdeiras do axé: sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização*. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jun - 1998, p. 151-167.

\_\_\_\_\_. *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

QUERINO, Manuel. *A raça africana e os seus costumes*. Salvador: Editora da Livraria da Progresso, 1955.

\_\_\_\_\_. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20815/13416> - acesso em 03 de novembro de 2018.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RIBEIRO, Matilde. *Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

\_\_\_\_\_. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANTOS, Magnaldo Oliveira dos. Religiões de matrizes africanas – territorialidades de afirmação de ancestralidade africano-brasileira. In: *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (des)igualdades*, Salvador 07 a 10 de Agosto de 2011.

SILVA, Hédio Jr. Conceito e demarcação histórica. In: ORG: SILVA, Hédio Jr; BENTO, Maria A. S.; SILVA, Mário Rogério. *Políticas públicas de promoção da igualdade racial*, São Paulo: CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *Intolerância religiosa, impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns*, 2ª ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2000.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. Limites conceituais no estudo das religiões afrodescendentes. In: *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da. (Orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, pp. 111-117.

\_\_\_\_\_. Versos sagrados de Ifá: núcleo ordenador dos complexos religiosos de matriz iorubá nas Américas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP), São Paulo, 2004.